



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

CAMBUCI S.A. - CNPJ 61.088.894/0001-08 - COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2024

São Paulo, 10 de março de 2025 - A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre e do exercício de 2024. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à Companhia.

B3: CAMB3

Cotação de fechamento

R\$ 10,49 por ação (em 30/12/2024)

Valor de mercado

R\$ 438,9 milhões (em 30/12/2024)

Valor patrimonial

R\$ 281,3 milhões

Contato RI

Roberto Estefano – Diretor de RI

ri@cambuci.com.br

ri.cambuci.com.br

+55 11 4713-9500

DESTAQUES DO TRIMESTRE

Apresentação das informações apuradas no Brasil e consolidado dos valores:

- **Receita Líquida Brasil de R\$ 90,6 milhões no 4T24 vs. R\$ 92,9 milhões no 4T23**, redução de 2,5% em relação ao 4T23. R\$ 437,9 milhões em 2024 vs. R\$ 427,6 milhões em 2023, aumento de 2,4% em relação a 2023.
- **Receita Líquida Consolidada de R\$ 90,6 milhões no 4T24 vs. R\$ 107,6 milhões no 4T23**, redução de 15,8% em relação ao 4T23. R\$ 437,9 milhões em 2024 vs. 459,2 milhões em 2023, redução de 4,6% em relação a 2023.
- **Margem Bruta Brasil de 47,1% no 4T24 vs. 49,3% no 4T23**, redução de 2,2 p.p. em relação ao 4T23. 49,5% em 2024 vs. 49,6% em 2023, redução de 0,1 p.p.
- **Margem Bruta Consolidada de 47,1% no 4T24 vs. 44,2% no 4T23**, aumento de 2,9 p.p. em relação ao 4T23. 49,5% em 2024 vs. 47,4% em 2023, avanço de 2,1 p.p.
- **EBITDA Brasil de R\$ 15,8 milhões no 4T24 vs. R\$ 21,2 milhões no 4T23**, com margem de 17,4%, redução de 5,4 p.p. em relação ao 4T23. Em 2024 a margem alcançou 24,9%, redução de 2,3 p.p. vs. 2023.
- **EBITDA Consolidado de R\$ 15,4 milhões no 4T24 vs. R\$ 16,8 milhões no 4T23**, com margem de 17,0%, aumento de 1,4 p.p. em relação ao 4T23. Em 2024 a margem alcançou 24,8% vs. 24,0% em 2023, aumento de 0,8 p.p.
- **Lucro antes do IRPJ/CSLL Brasil de R\$ 14,9 milhões no 4T24 vs. R\$ 19,3 milhões no 4T23**, redução de 22,8% em relação ao 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 101,1 milhões vs. R\$ 91,6 milhões em 2023, avanço de 10,4%.
- **Lucro antes do IRPJ/CSLL Consolidado de R\$ 13,7 milhões no 4T24 vs. R\$ 3,7 milhões no 4T23**, aumento de 270,3% em relação ao 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 99,5 milhões vs. R\$ 73,4 milhões em 2023, avanço de 35,6%.
- **Lucro Líquido Brasil de R\$ 10,9 milhões no 4T24 vs. R\$ 23,6 milhões no 4T23**, redução de 53,8%. Margem líquida de 12,0% no 4T24 vs. 25,4% no 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 78,0 milhões vs. R\$ 90,2 milhões em 2023, a margem líquida atingiu 17,8% vs. 21,1% em 2023, redução de 3,3 p.p.
- **Lucro Líquido Consolidado de R\$ 9,7 milhões no 4T24 vs. R\$ 7,9 milhões no 4T23**, aumento de 22,8%. Margem líquida de 10,7% no 4T24 vs. 7,3% no 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 76,4 milhões vs. R\$ 71,9 milhões em 2023, avanço de 6,3%, a margem líquida atingiu 17,4% vs. 15,7% em 2023, aumento de 1,7 p.p.
- **Geração operacional de caixa de R\$ 85,8 milhões em 2024.**
- **Pagamento de R\$ 18,9 milhões em dividendos intercalares e R\$ 9,1 milhões em juros sobre capital próprio (JCP) em 2024.**
- **Índice de liquidez corrente de 2,81.**

1. ABERTURA DOS PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
Receita Líquida Brasil	90,6	92,9	-2,5%	437,9	427,6	2,4%
<i>Mercado Interno</i>	87,8	91,5	-4,1%	426,0	422,1	0,9%
<i>Exportação</i>	2,8	1,4	100,0%	11,9	5,5	116,4%
Receita Líquida Argentina	-	14,7	-100,0%	-	31,6	-100,0%
Receita Líquida Consolidada	90,6	107,6	-15,8%	437,9	459,2	-4,6%
Lucro Bruto Brasil	42,7	45,8	-6,8%	216,6	212,1	2,1%
<i>Margem Bruta Brasil</i>	47,1%	49,3%	-2,2 p.p.	49,5%	49,6%	-0,1 p.p.
Lucro Bruto Argentina	-	1,8	-100,0%	-	5,5	-100,0%
<i>Margem Bruta Argentina</i>	0,0%	12,2%	-12,2 p.p.	0,0%	17,4%	-17,4 p.p.
Lucro Bruto Consolidado	42,7	47,6	-10,3%	216,6	217,6	-0,5%
<i>Margem Bruta Consolidada</i>	47,1%	44,2%	2,9 p.p.	49,5%	47,4%	2,1 p.p.
SG&A Brasil	(30,7)	(27,6)	11,2%	(119,7)	(105,2)	13,8%
<i>SG&A % Brasil</i>	-33,9%	-29,7%	-4,2 p.p.	-27,3%	-24,6%	-2,7 p.p.
SG&A Argentina	(0,2)	(6,2)	-96,8%	(0,4)	(11,9)	-96,6%
<i>SG&A % Argentina</i>	0,0%	-42,2%	42,2 p.p.	0,0%	-216,4%	216,4 p.p.
SG&A Consolidado	(30,8)	(33,7)	-8,6%	(120,1)	(117,1)	2,6%
<i>SG&A % Consolidado</i>	-34,0%	-31,3%	-2,7 p.p.	-27,4%	-25,5%	-1,9 p.p.
EBITDA Brasil	15,8	21,2	-25,5%	109,2	116,3	-6,1%
<i>Margem EBITDA Brasil</i>	17,4%	22,8%	-5,4 p.p.	24,9%	27,2%	-2,3 p.p.
EBITDA Argentina	(0,4)	(4,4)	-90,9%	(0,7)	(6,1)	-88,5%
<i>Margem EBITDA Argentina</i>	0,0%	-29,9%	29,9 p.p.	0,0%	-19,3%	19,3 p.p.
EBITDA Consolidado	15,4	16,8	-8,3%	108,5	110,3	-1,6%
<i>Margem EBITDA Consolidada</i>	17,0%	15,6%	1,4 p.p.	24,8%	24,0%	0,8 p.p.
EBT Brasil	14,9	19,3	-22,8%	101,1	91,6	10,4%
<i>Margem EBT Brasil</i>	16,4%	20,8%	-4,4 p.p.	23,1%	21,4%	1,7 p.p.
EBT Argentina	(1,2)	(15,6)	-92,3%	(1,6)	(18,2)	-91,2%
<i>Margem EBT Argentina</i>	0,0%	-106,1%	106,1 p.p.	0,0%	-57,6%	57,6 p.p.
EBT Consolidado	13,7	3,7	270,3%	99,5	73,4	35,6%
<i>Margem EBT Consolidada</i>	15,1%	3,4%	11,7 p.p.	22,7%	16,0%	6,7 p.p.
IRPJ/CSLL Brasil	(4,0)	4,3	-193,0%	(23,1)	(1,4)	1550,0%
<i>IRPJ/CSLL % EBT Brasil</i>	-26,8%	22,3%	-49,1 p.p.	-22,8%	-1,5%	-21,3 p.p.
IRPJ/CSLL Consolidado	(4,0)	4,2	-195,2%	(23,1)	(1,6)	1343,8%
<i>IRPJ/CSLL % EBT Consolidado</i>	-29,2%	113,5%	-142,7 p.p.	-23,2%	-2,2%	-21,0 p.p.
Lucro Líquido Brasil	10,9	23,6	-53,8%	78,0	90,2	-13,5%
<i>Margem Lucro Líquido Brasil</i>	12,0%	25,4%	-13,4 p.p.	17,8%	21,1%	-3,3 p.p.
Lucro Líquido Argentina	(1,2)	(15,7)	-92,4%	(1,6)	(18,3)	-91,3%
<i>Margem Lucro Líquido Argentina</i>	0,0%	-106,8%	106,8 p.p.	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Lucro Líquido Consolidado	9,7	7,9	22,8%	76,4	71,9	6,3%
<i>Margem Lucro Líquido Consolidado</i>	10,7%	7,3%	3,4 p.p.	17,4%	15,7%	1,7 p.p.
Nº de Ações em Circulação (milhões)	41,840	41,928	-	41,840	41,928	-
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,2318	0,1884	-	1,8260	1,7148	-

2. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024 a Companhia reforçou seus alicerces e avançou em indicadores estratégicos importantes. O lucro líquido avançou 22,8% no 4T24 vs. o 4T23 e 6,3% em 2024 vs. 2023. O caixa líquido registrou um incremento de R\$ 31,1 milhões vs. a base comparativa de 2023. A liquidez corrente atingiu a relação de 2,81 vezes e o endividamento bruto que já estava coberto com folga pelo caixa em 2023, viu em 2024 uma redução adicional de 66,7% em seu valor, substanciando ainda mais a solidez financeira da Companhia.

Os resultados do ano poderiam ter sido ainda melhores, não fosse a forte turbulência econômica enfrentada pelo mercado brasileiro no quarto trimestre. A taxa Selic que havia sofrido redução de 1,25 pontos até julho, assistiu a partir de setembro, três elevações significativas, terminando o ano em 12,25%, com expectativas de mais duas elevações de 1 p.p. cada em 2025. O dólar que já vinha se apreciando durante o ano, acelerou sua trajetória de valorização após um pacote de redução de gastos, apresentado pelo governo em novembro, ter ficado bem abaixo das expectativas de mercado, fazendo com que a divisa norte-americana terminasse 2024 com valorização de 27,34% a R\$ 6,18.

Esses eventos, além de impactarem os custos de produção em toda a cadeia de suprimentos, afetaram significativamente as expectativas do varejo, que enfrentou - simultaneamente - a redução do poder de compra dos consumidores pela inflação e o custo mais elevado do dinheiro, atingindo tanto vendedores quanto compradores. Com isso, o mercado como um todo adotou uma postura ainda mais cautelosa no quarto trimestre, postergando suas decisões de expansão e reposição de estoques até que um cenário mais claro se desenhasse.

A administração da Companhia, diante desse contexto ainda mais desafiador, redobrou seus esforços na análise de crédito, a fim de se proteger de uma potencial escalada da inadimplência, adotou medidas adicionais de contenção de despesas, realizou repasses estratégicos de preços, focou em aumento da eficiência de produção e reforçou junto aos clientes suas vantagens competitivas de qualidade, entrega rápida, portfólio completo de produtos e produção local, que em momentos mais adversos, se torna ainda mais vantajoso para os clientes.

A receita líquida Brasil, refletindo o contexto econômico doméstico mais desafiador no último trimestre, sofreu redução de 2,5% no 4T24 vs. o 4T23 e em 2024, houve avanço de 2,4% vs. 2023. No consolidado, houve redução de 15,8% na receita líquida do 4T24 vs. 4T23. Cabe ressaltar que no último trimestre de 2023, houve o faturamento integral dos estoques da controlada Penalty Argentina, em ocasião do encerramento de suas atividades comerciais, inflando a base comparativa. No ano, a receita líquida consolidada apresentou redução de 4,6%.

A margem bruta consolidada avançou 2,9 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 (47,1% no 4T24 e 49,5% no 4T23) e 2,1 p.p. em 2024 vs. 2023 (49,5% em 2024 e 47,4% em 2023). A margem bruta Brasil atingiu 47,1% no 4T24 vs. 49,3% no 4T23. Essa redução no último trimestre, ainda que impactada por aumento de custos de alguns insumos, reflete em boa parte uma variação no mix de produtos vendidos. Com o cenário mais desafiador no 4T24, os clientes apostaram em produtos de base de pirâmide, com preços mais baixos e giro mais elevado. No acumulado de 2024 esses efeitos foram minimizados pelo trabalho de repasse de preços, melhoria na eficiência de produção, contenção de gastos e constante melhoria no portfólio de produtos, tornando-o cada vez mais desejado e orientado à lucratividade, ficando a margem bruta praticamente estável em relação a 2023 (49,5% em 2024 e 49,6% em 2023). A margem EBITDA consolidada avançou 1,4 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 e 0,8 p.p. em 2024 vs. 2023 (17,0% no 4T24 vs. 15,6% no 4T23 e 24,8% em 2024 vs. 24,0% em 2023). Os avanços são reflexos do empenho da administração na gestão da política comercial, controle e contenção de custos de insumos e produção, austeridade com despesas comerciais e administrativas, além de uma célere resposta a situações econômicas adversas, tanto internas quanto externas.

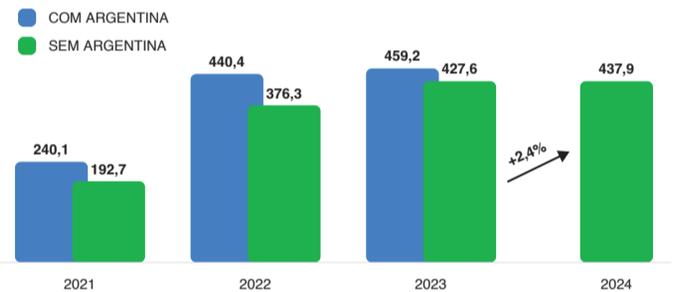
O lucro consolidado antes do IRPJ/CSLL (*EBT*) apresentou expressivo avanço tanto no 4T24 vs. 4T23 quanto em 2024, evidenciando os significativos ganhos operacionais e financeiros da Companhia. A robusta geração de caixa, aliada à alavancagem substancialmente reduzida e as margens operacionais elevadas formam a tríade que suportam esse importante avanço.

Na última linha, o lucro líquido consolidado avançou 22,8% no 4T24 vs. o 4T23 e 6,3% em 2024 vs. 2023. É importante destacar que na base comparativa de 2023, foram creditados R\$ 12,6 milhões de IRPJ/CSLL diferidos e em 2024 foram reconhecidos R\$ 6,4 milhões de IRPJ/CSLL sobre dividendos em razão da obrigatoriedade de recomposição das reservas de incentivos fiscais. Esses fatores reforçam ainda mais a eficiência operacional da Companhia em 2024, que mesmo diante de um cenário econômico mais complexo, conseguiu extrair resultados ainda melhores frente a 2023, unindo o avanço do lucro líquido, o aumento de caixa, a redução do endividamento bruto e a distribuição de JCP e dividendos.

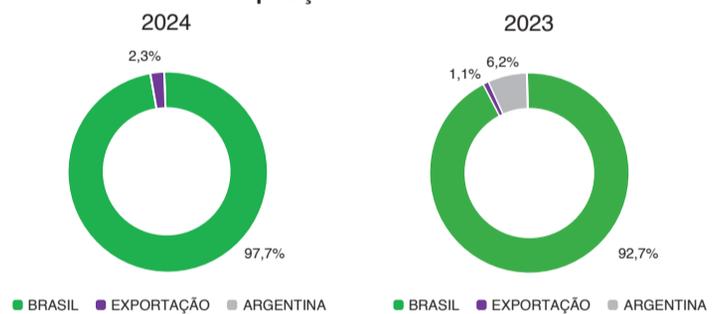
Em 2024, a Companhia distribuiu R\$ 28 milhões entre dividendos e JCP, investiu R\$ 25,6 milhões e incrementou sua disponibilidade de caixa em R\$ 24,3 milhões, reforçando sua robustez financeira e compromisso com a geração de valor. Com um time vencedor, seguimos para um 2025 complexo e desafiador, focados em preservação de caixa, manutenção de margens e ganhos de eficiência operacional.

3. RECEITA OPERACIONAL

Receita Líquida por Período (R\$ milhões)



Composição do Faturamento



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Receita Líquida	90,6	92,9	-2,5%	437,9	427,6	2,4%
Custo dos Produtos Vendidos	(47,9)	(47,1)	1,7%	(221,3)	(215,5)	2,7%
Lucro Bruto - Brasil	42,7	45,8	-6,8%	216,6	212,1	2,1%
% da receita líquida - Brasil	47,1%	49,3%	-2,2 p.p.	49,5%	49,6%	-0,1 p.p.
CONSOLIDADO						
Receita Líquida	90,6	107,6	-15,8%	437,9	459,2	-4,6%
Custo dos Produtos Vendidos	(47,9)	(60,0)	-20,2%	(221,3)	(241,6)	-8,4%
Lucro Bruto - CONSOLIDADO	42,7	47,6	-10,3%	216,6	217,6	-0,5%
% da receita líquida - CONSOLIDADO	47,1%	44,2%	2,9 p.p.	49,5%	47,4%	2,1 p.p.

O lucro bruto Brasil recuou 6,8% no 4T24 vs. o 4T23 e o consolidado 10,3% no mesmo período. No trimestre, a margem Brasil sofreu redução de 2,2 p.p. e a consolidada apresentou um aumento de 2,9 p.p.. No acumulado de 2024, a margem Brasil rondou a estabilidade, com leve redução de 0,1 p.p. vs. 2023 e a margem consolidada avançou 2,1 p.p. também contra 2023. Ainda que no trimestre, as margens tenham sofrido pressão combinada de câmbio sobre custo de matérias-primas, menor diluição de custos fixos e mix de vendas mais concentrado em itens de base de pirâmide, os esforços da administração na condução de repasses estratégicos de preços, redução e controle de gastos de fabricação, aumento de produtividade e uma política de vendas orientada à lucratividade, foram exitosos em amenizar os impactos de custos e garantir a manutenção de uma elevada margem bruta Brasil. No consolidado, o crescimento de 2,9 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 e 2,1 p.p. em 2024 vs. 2023 reflete os esforços estratégicos da Companhia e seu compromisso com a manutenção de margens elevadas.

4.2 Despesas com Vendas, G&A

a) Despesas com Vendas:

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Despesas com vendas	(20,6)	(18,9)	9,0%	(80,0)	(71,2)	12,4%
% da receita líquida	-22,7%	-20,3%	-2,4 p.p.	-18,3%	-16,7%	-1,6 p.p.
CONSOLIDADO						
Despesas com vendas	(20,6)	(21,3)	-3,3%	(80,0)	(76,9)	4,0%
% da receita líquida	-22,7%	-19,8%	-2,9 p.p.	-18,3%	-16,7%	-1,6 p.p.

O avanço nas despesas com vendas está majoritariamente relacionado ao incremento dos investimentos em marketing. **continua →**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2024

→ continuação

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Despesas Gerais e Administrativas	(10,1)	(8,6)	17,4%	(39,7)	(34,0)	16,8%
% da receita líquida	-11,1%	-9,3%	-1,8 p.p.	-9,1%	-8,0%	-1,1 p.p.
CONSOLIDADO						
Despesas Gerais e Administrativas	(10,2)	(12,4)	-17,7%	(40,1)	(40,2)	-0,2%
% da receita líquida	-11,3%	-11,5%	0,2 p.p.	-9,2%	-8,8%	-0,4 p.p.

No 4T24 e no acumulado de 2024 as despesas gerais e administrativas Brasil apresentaram avanço em relação ao ano anterior em virtude de fatores como: maior nível de depreciação e amortização de equipamentos de informática por conta dos investimentos em infraestrutura de dados; complemento de provisão do plano de opções em ações e demais serviços de gestão. No consolidado, houve redução de 17,7% no 4T24 e de 0,2% em 2024 refletindo os acertos da administração em sua estratégia de alocação de recursos e compromisso com a austeridade na gestão de despesas.

4.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
Receitas Financeiras	3,3	5,1	-35,3%	7,7	11,6	-33,6%
Juros e atualização monetária	2,8	4,1	-31,7%	5,9	7,0	-15,7%
Atualização Fundap a receber	0,4	1,0	-60,0%	0,7	4,6	-84,8%
Outras receitas	0,1	-	-	1,1	-	-
Despesas Financeiras	(2,1)	(13,6)	-84,6%	(4,3)	(33,7)	-87,2%
Juros s/empréstimos e financiamentos	(0,2)	(2,9)	-93,1%	(0,6)	(14,4)	-95,8%
Juros sobre fornecedores e impostos	(0,5)	(1,5)	-66,7%	(1,1)	(6,8)	-83,8%
Outras despesas	(1,4)	(9,2)	-84,8%	(2,6)	(12,5)	-79,2%
Variação cambial líquida	0,6	(1,7)	-135,3%	1,0	(2,6)	-138,5%
Resultado Financeiro Líquido	1,8	(10,2)	-117,6%	4,4	(24,7)	-117,8%

O resultado positivo no 4T24 e no acumulado de 2024 vs. significativos resultados negativos em ambos os períodos de 2023 é reflexo da acelerada redução da alavancagem por qual passou a Companhia durante o exercício 2023 com efeitos em 2024, da eficiência na geração e gestão de caixa, redução da necessidade de capital de giro e da reduzida alavancagem. A administração adota um conjunto de ações voltado à gestão de prazos de pagamento e recebimento que garante um ciclo financeiro mais curto, afastando assim a necessidade de captação de recursos de terceiros, ao mesmo tempo que investe seu excedente de caixa em instrumentos de baixo risco, com remuneração atrelada majoritariamente pelo CDI, que se encontrou em patamar elevado durante todo o ano de 2024.

4.4 Resultado Líquido

Resultado Líquido R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Lucro Líquido	10,9	23,6	-53,8%	78,0	90,2	-13,5%
Margem líquida - BRASIL	12,0%	25,4%	-13,4 p.p.	17,8%	21,1%	-3,3 p.p.
CONSOLIDADO						
Lucro Líquido	9,7	7,9	22,8%	76,4	71,9	6,3%
Margem líquida - CONSOLIDADO	10,7%	7,3%	3,4 p.p.	17,4%	15,7%	1,7 p.p.

A redução do lucro líquido Brasil no 4T24 está relacionado à menor receita do período, margem bruta pressionada por mix de vendas e custos de produção mais elevados no período, além de incidência de IRPJ/CSLL sobre dividendos (dada a obrigação de recompor a reserva de incentivos fiscais) e parcela do maior investimento em marketing durante 2024 contra 2023.

O avanço do lucro líquido consolidado tanto no 4T24 quanto no acumulado de 2024 frente os mesmos períodos de 2023 reflete o sucesso da Companhia em relação a decisões estratégicas tomadas tanto em 2023, com reflexos em 2024, quanto no próprio ano de 2024. É importante destacar que em 2024 a Companhia ofereceu a distribuição de dividendos à tributação do IRPJ/CSLL e dobrou seus investimentos em marketing.

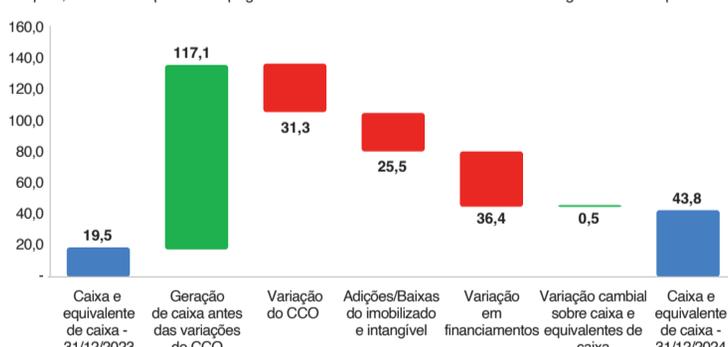
4.5 EBITDA

EBITDA R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Lucro líquido	10,9	23,6	-53,8%	78,0	90,2	-13,5%
(+) Depreciações e amortizações	3,5	3,0	16,7%	13,4	12,1	10,7%
(+/-) Resultado financeiro	(2,6)	(1,2)	116,7%	(5,3)	12,5	-142,4%
(+/-) IR/CSLL	4,0	(4,2)	-195,2%	23,1	1,5	1440,0%
EBITDA - Brasil	15,8	21,2	-25,5%	109,2	116,3	-6,1%
Margem EBITDA - Brasil	17,4%	22,8%	-5,4 p.p.	24,9%	27,2%	-2,3 p.p.
CONSOLIDADO						
Lucro líquido	9,7	7,9	22,8%	76,4	71,9	6,3%
(+) Depreciações e amortizações	3,6	3,0	20,0%	13,4	12,2	9,8%
(+/-) Resultado financeiro	(1,9)	10,1	-118,8%	(4,4)	24,6	-117,9%
(+/-) IR/CSLL	4,0	(4,2)	-195,2%	23,1	1,6	1343,8%
EBITDA - Consolidado	15,4	16,8	-8,3%	108,5	110,3	-1,6%
Margem EBITDA - Consolidado	17,0%	15,6%	1,4 p.p.	24,8%	24,0%	0,8 p.p.

As reduções do EBITDA Brasil no 4T24 estão explicadas pela menor receita líquida, margem bruta mais apertada e pelo maior investimento em marketing vs. o 4T23. No consolidado, as reduções são amenizadas por conta de reflexo de decisões estratégicas importantes durante 2023, com reflexos em 2024 e pelo melhor desempenho nos três primeiros trimestres de 2024. A margem EBITDA consolidada avançou 1,4 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 e 0,8 p.p. em 2024 vs. 2023 apesar das reduções nominais.

4.6 Fluxo de Caixa

Em 2024, a Companhia seguiu com sua robusta geração de caixa operacional, decorrente da elevada lucratividade do portfólio, gestão de estoques, controle de prazos de pagamento e recebimento e austeridade com a gestão de despesas.



4.7 Caixa Líquido

Caixa Líquido R\$ Milhões	31/12/2024	31/12/2023	Variação
(-) Empréstimos e financiamentos	3,4	10,2	-66,7%
Curto Prazo	1,4	7,1	-80,3%
Longo Prazo	2,0	3,1	-35,5%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	43,8	19,5	124,6%
Curto Prazo	43,8	19,5	124,6%
Caixa Líquido	40,4	9,3	334,4%

A Companhia manteve caixa líquido de R\$ 40,4 milhões, 12 vezes superior ao seu endividamento bruto, mesmo após as distribuições de dividendos e JCP do exercício, reforçando o compromisso e a responsabilidade da administração em garantir a saúde financeira da Companhia.

4.8 Estoques

Estoques R\$ Milhões	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Estoques	35,8	29,3	22,2%

O último trimestre de 2024 foi marcado por uma forte turbulência no cenário econômico. O pacote de contenção de gastos do governo federal, anunciado em 27 de novembro, aquém do esperado pelo mercado, trouxe uma grande volatilidade que culminou com o dólar atingindo R\$ 6,31 no dia 18 de dezembro. Esses eventos acabaram por contaminar as expectativas de desempenho de vendas no varejo e levaram a postergação de entrega de pedidos de clientes de maior volume, pressionando o estoque de produtos acabados, que tende a se normalizar no início de 2025.

5. BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO IFRS

Balanco Patrimonial - Consolidado IFRS R\$ Milhões	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Total	369,0	335,6
Ativo Circulante	174,3	147,3
Caixa e equivalentes de caixa	43,8	19,5
Contas a receber	80,0	80,5
Estoques	35,8	29,3
Tributos a recuperar	6,3	11,2
Despesas pagas antecipadamente	2,2	2,2
Demais contas a receber	6,2	4,6
Ativo Não Circulante	194,7	188,3
Contas a receber	1,6	2,3
Depósitos judiciais	4,3	4,3
Tributos a recuperar	13,8	20,5
Despesas pagas antecipadamente	-	0,1
Demais contas a receber	51,0	50,1
Propriedade para investimento	69,2	67,9
Outros investimentos	2,4	0,5
Imobilizado	46,0	40,1
Intangível	6,4	2,5
Passivo Total	369,0	335,6
Passivo Circulante	62,1	66,4
Fornecedores	14,2	14,3
Empréstimos e financiamentos	1,3	7,1
Dividendos e juros sobre capital próprio	0,1	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14,3	9,8
Obrigações fiscais	16,8	17,1
Demais contas a pagar	15,4	18,1
Passivo Não Circulante	25,7	36,4
Empréstimos e financiamentos	2,0	3,1
Obrigações fiscais	6,3	16,8
Provisão para contingências	13,2	13,9
Demais contas a pagar	4,2	2,6
Patrimônio líquido	281,2	232,8
Capital social	205,1	45,9
Reserva de capital	0,3	0,8
Reserva legal	13,0	9,2
Reserva de incentivos fiscais	44,7	159,2
Ajustes de avaliação patrimonial	19,6	19,6
Outros resultados abrangentes	(1,5)	(1,9)

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Demonstração do Resultado R\$ Milhões	CONSOLIDADO	
	Acumulado em	31/12/2023
Receita operacional líquida	437,9	459,2
Custo dos produtos vendidos	(221,3)	(241,6)
Lucro bruto	216,6	217,6
Despesas com vendas	(80,0)	(76,9)
Despesas gerais e administrativas	(40,1)	(40,2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1,3)	(2,4)
	(121,4)	(119,5)
Lucro operacional	95,2	98,1
Despesas financeiras	(5,2)	(40,9)
Receitas financeiras	9,5	16,3
	4,3	(24,6)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	99,5	73,5
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(23,1)	(1,6)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	76,4	71,9
Lucro líquido do exercício	76,4	71,9

7. FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa R\$ Milhões	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	76,4	71,9
Ajustes p/reconciliar o resultado do período c/recursos provenientes de atividades operacionais:		
Impostos sobre o Lucro	23,1	1,6
Depreciação e amortização	13,4	12,2
Plano de opções de ações	0,7	0,7
(Reversão) provisão para contingências	(0,7)	4,2
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3,2)	2,3
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	(0,2)	(0,1)
Valor residual de imobilizado e intangível baixados	0,5	0,1
Provisão de premiação por atingimento de resultados	8,0	7,1
Valor justo - propriedade para investimento	(1,3)	(0,7)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	0,4	7,4
	117,1	106,7
Redução/aumento nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	4,3	11,8
Tributos a recuperar	(11,5)	16,5
Estoques	(6,4)	24,1
Despesas pagas antecipadamente	-	1,0
Demais contas a receber	(2,2)	(1,3)
Depósitos judiciais	-	0,2
Obrigações trabalhistas e sociais	4,5	(5,0)
Fornecedores	(0,1)	(9,8)
Obrigações fiscais	(10,8)	(3,7)
Juros sobre capital próprio e dividendos	0,1	-
Demais contas a pagar	(9,2)	(4,0)
	(31,3)	29,8
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	85,8	136,5
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado e intangível	(23,7)	(9,1)
Adições outros investimentos	(1,9)	(1,3)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25,6)	(10,4)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos captados	0,1	2,5
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6,3)	(99,5)
Juros pagos	(1,1)	(11,2)
Dividendos intermediários pagos	(18,9)	-
Recuperação de ações	(1,1)	(0,2)
Juros sobre capital próprio	(9,1)	(12,5)
Participação dos acionistas não controladores em controladas	-	0,6
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(36,4)	(120,3)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	0,5	1,1
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	24,3	6,8
Disponibilidades no início do exercício	19,5	12,7
Disponibilidades no final do exercício	43,8	19,5
	24,3	6,8

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade, buscando observar e se atentar aos preceitos de ESG.

9. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao item 9 do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 2022, a Companhia declara que não contratou outros serviços de GF Auditores Independentes além daqueles relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia adota como política atender as regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações contábeis da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS - *International Financial Reporting Standards*, e são parte das demonstrações financeiras. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80 de 2022, declaramos que a diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com a opinião do relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CAMBUCI S.A. PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		379.463	337.844	368.932	335.593		379.463	337.844	368.932	335.593
CIRCULANTE		164.240	138.637	174.302	147.281		164.240	138.637	174.302	147.281
Caixa e equivalentes de caixa	8	42.403	17.469	43.844	19.517		42.403	17.469	43.844	19.517
Contas a receber	9	78.695	78.647	79.981	80.501		78.695	78.647	79.981	80.501
Estoques	10	33.851	28.559	35.819	29.251		33.851	28.559	35.819	29.251
Tributos a recuperar	12	5.096	9.934	6.265	11.204		5.096	9.934	6.265	11.204
Despesas pagas antecipadamente	13	2.232	2.152	2.234	2.158		2.232	2.152	2.234	2.158
Demais contas a receber	14	1.963	1.876	6.159	4.650		1.963	1.876	6.159	4.650
NÃO CIRCULANTE		215.223	199.207	194.630	188.312		215.223	199.207	194.630	188.312
Contas a receber	9	1.617	2.271	1.617	2.271		1.617	2.271	1.617	2.271
Depósitos judiciais	25	4.261	4.269	4.263	4.271		4.261	4.269	4.263	4.271
Partes relacionadas	11	60.560	46.116	-	-		60.560	46.116	-	-
Tributos a recuperar	12	13.813	20.479	13.813	20.479		13.813	20.479	13.813	20.479
Despesas pagas antecipadamente	13	18	68	18	68		18	68	18	68
Demais contas a receber	14	211	196	50.984	50.249		211	196	50.984	50.249
Investimentos em controladas	16	88.167	86.148	-	-		88.167	86.148	-	-
Propriedades para investimento	15	-	-	69.165	67.859		-	-	69.165	67.859
Outros investimentos	17	2.381	526	2.381	526		2.381	526	2.381	526
Imobilizado	17	42.512	37.820	46.020	40.131		42.512	37.820	46.020	40.131
Intangível	18	1.683	1.314	6.369	2.458		1.683	1.314	6.369	2.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Receita operacional líquida	28	430.167	423.912	437.894	459.161
Custo dos produtos vendidos	32	(221.329)	(216.961)	(221.267)	(241.528)
Lucro bruto		208.838	206.951	216.627	217.633
Despesas com vendas	32	(70.991)	(64.862)	(80.044)	(76.899)
Despesas gerais e administrativas	32	(39.482)	(34.314)	(40.103)	(40.243)
Resultado de equivalência patrimonial	16	691	(17.933)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(5.571)	(5.434)	(1.339)	(2.419)
		(115.353)	(122.543)	(121.486)	(119.561)
Lucro operacional		93.485	84.408	95.141	98.072
Despesas financeiras	31	(3.039)	(20.354)	(5.168)	(40.910)
Receitas financeiras	31	8.687	8.887	9.576	16.254
		5.648	(11.467)	4.408	(24.656)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		99.133	72.941	99.549	73.416
Imposto de renda e contribuição social do exercício	33	(22.715)	(1.060)	(23.132)	(1.551)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores		76.418	71.881	76.417	71.865
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	1	16
Lucro líquido do exercício		76.418	71.881	76.418	71.881
Lucro Básico por Ação	ON	1,82644	1,71438	1,82644	1,71438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES				
Lucro líquido do exercício	76.418	71.881	76.418	71.881
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Impostos sobre o Lucro	22.715	1.060	23.132	1.551
Depreciação e amortização	12.060	10.956	13.396	12.198
Resultado da equivalência patrimonial	(691)	17.933	-	-
Plano de opções de ações	650	703	650	703
(Reversão) provisão para contingências	(701)	4.222	(701)	4.222
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.135)	3.087	(3.137)	2.278
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	(118)	(15)	(218)	(54)
Juros s/ empréstimos, financiamentos e tributos	400	7.363	400	7.363
Provisão premiação por atingimento de resultado	7.969	7.100	7.969	7.100
Valor residual de imobilizado e intangível baixados	196	17	476	102
Valor justo - propriedade para investimento	-	-	(1.306)	(671)
	117.763	124.307	117.079	106.673
Redução/aumento nos ativos e passivos				
Contas a receber	1.742	11.566	4.312	11.840
Tributos a recuperar	(11.212)	16.481	(11.527)	16.458
Estoques	(5.174)	11.194	(6.350)	24.133
Despesas pagas antecipadamente	(30)	1.041	(26)	1.045
Demais contas a receber	(102)	4.696	(2.245)	(1.324)
Depósitos judiciais	8	157	8	156
Partes relacionadas	(11.299)	(8.112)	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.355	(4.658)	4.510	(5.026)
Fornecedores	(273)	(8.482)	(59)	(9.827)
Obrigações fiscais	(3.569)	(1.326)	(10.831)	(3.658)
Demais contas a pagar	(12.917)	(4.717)	(9.099)	(4.010)
Juros sobre capital próprio e dividendos	56	19	56	19
	(38.415)	17.859	(31.251)	29.806
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais	79.348	142.166	85.828	136.479
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos				
Adições ao imobilizado e intangível	(17.317)	(9.088)	(23.668)	(9.098)
Adições outros investimentos	(1.855)	(407)	(1.855)	(1.312)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Investimento	(19.172)	(9.495)	(25.523)	(10.410)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	130	161	130	2.529
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.996)	(96.260)	(6.363)	(99.537)
Juros pagos	(1.144)	(11.036)	(1.144)	(11.162)
Recuperação de ações/transferências	(1.143)	(217)	(1.143)	(217)
Dividendos intermediários pagos	(18.852)	-	(18.852)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(9.065)	(12.483)	(9.065)	(12.483)
Participação dos acionistas não controladores em controladas	-	-	(1)	555
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Financiamento	(36.070)	(119.835)	(36.438)	(120.315)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	828	(1.319)	460	1.094
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	24.934	11.517	24.327	6.848
Disponibilidades no início do exercício	17.469	5.952	19.517	12.669
Disponibilidades no final do exercício	42.403	17.469	43.844	19.517
	24.934	11.517	24.327	6.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	76.418	71.881	76.418	71.881
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	2.999	1.773	2.999	1.773
Redução de participação de minoritários em controladas	-	(572)	-	(572)
Efeito da aplicação do CPC42/IAS 29	(2.535)	77	(2.535)	77
Total de outros resultados abrangentes	464	1.278	464	1.278
Total do resultado abrangente do exercício	76.882	73.159	76.882	73.159
Atribuído a sócios da Companhia controladora	-	-	76.881	73.143
Atribuído a sócios não controladores	-	-	1	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora							Participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Ajuste Avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes			
Em 31 de dezembro de 2022	45.937	328	5.854	103.118	-	19.642	(3.211)	-	171.668	
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	1.773	-	1.773	
Outorga de opções de ações	-	703	-	-	-	-	-	-	703	
Constituição de reservas	-	-	3.335	56.063	(59.398)	-	-	-	-	
Redução de participação de minoritários em controladas	-	-	-	-	-	-	(572)	-	(572)	
Ações em tesouraria adquiridas	-	(217)	-	-	-	-	-	-	(217)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(12.483)	-	-	-	(12.483)	
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	-	77	-	77	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.881	-	-	-	71.881	
Em 31 de dezembro de 2023	45.937	814	9.189	159.181	-	19.642	(1.933)	-	232.830	
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	2.999	-	2.999	
Constituição de reservas	-	-	3.821	44.680	(48.501)	-	-	-	-	
Outorga de opções de ações	-	650	-	-	-	-	-	-	650	
Aumento de capital	159.181	-	-	(159.181)	-	-	-	-	-	
Ações em tesouraria adquiridas	-	(1.202)	-	-	-	-	-	-	(1.202)	
Ações em tesouraria - transferidas	-	59	-	-	-	-	-	-	59	
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	-	(2.535)	-	(2.535)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.065)	-	-	-	(9.065)	
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(18.852)	-	-	-	(18.852)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	76.418	-	-	-	76.418	
Em 31 de dezembro de 2024	205.118	321	13.010	44.680	-	19.642	(1.469)	-	281.302	
Em 31 de dezembro de 2022	45.937	328	5.854	103.118	19.642	-	(3.211)	-	171.115	
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	1.773	-	1.773	
Outorga de opções de ações	-	703	-	-	-	-	703	-	703	
Redução de participação de minoritários em controladas	-	-	-	-	-	-	(572)	-	(572)	
Ações em tesouraria adquiridas	-	(217)	-	-	-	-	(217)	-	(217)	
Constituição de reservas	-	-	3.335	56.063	(59.398)	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(12.483)	-	-	-	(12.483)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.881	-				



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas					Distribuição do valor adicionado				
Vendas de mercadorias e produtos (líquido de devoluções)	497.755	488.945	507.111	527.399	Pessoal				
Outras receitas	5.204	10.380	10.364	15.038	Remuneração direta	69.745	61.601	72.184	65.167
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (constituição)	1.135	(3.083)	3.137	(2.278)	Benefícios	16.208	14.306	16.684	14.745
	504.094	496.242	520.612	540.159	F.G.T.S.	6.259	6.014	6.429	6.160
						92.212	81.921	95.297	86.072
Insumos adquiridos de terceiros					Impostos, taxas e contribuições				
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(133.036)	(140.086)	(132.974)	(164.655)	Federais	77.883	53.983	81.871	58.713
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(97.515)	(91.094)	(104.749)	(104.884)	Estaduais	21.309	16.921	20.316	16.971
	(230.551)	(231.180)	(237.723)	(269.539)		99.192	70.904	102.187	75.684
Valor adicionado bruto	273.543	265.062	282.889	270.620	Remuneração de capitais de terceiros				
Depreciação e amortização	(12.060)	(10.956)	(13.396)	(12.198)	Despesas financeiras (inclui variação cambial)	3.039	20.354	5.168	40.910
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	261.483	254.106	269.493	258.422	Aluguéis e outros	—	—	—	145
Valor adicionado recebido em transferência						3.039	20.354	5.168	41.055
Resultado da equivalência patrimonial	691	(17.933)	—	—	Remuneração de capitais próprios				
Receitas financeiras	8.687	8.887	9.576	16.254	Juros sobre o capital próprio	9.065	12.483	9.065	12.483
	9.378	(9.046)	9.576	16.254	Dividendos	18.852	—	18.852	—
	270.861	245.060	279.069	274.676	Lucros retidos do exercício	48.501	59.398	48.501	59.398
					Participação dos não controladores nos lucros retidos	—	—	—	(1)
					Total	76.418	71.881	76.417	71.865
					Valor adicionado total distribuído	270.861	245.060	279.069	274.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Cambuci S.A. ("Cambuci" ou "Companhia") é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "CAMB3". A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista. A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux, no Estado da Paraíba.

2. Relação de Entidades Controladas e Consolidadas: A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantêm controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. Declaração da Administração e Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 3.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07 (R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados nas notas da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há em 31 de dezembro de 2024 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de março de 2025. **3.2 Moeda funcional e apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das informações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* - "CTA"), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à provisão para impostos diferidos (Nota 12), seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 17.1), provisões necessárias para passivos tributários, civis e trabalhistas (Nota 25), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 27). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas: 4.1 Novas normas vigentes em 2024: A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024. • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16). **4.2 Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras, tais como: • IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis; • IFRS 10/IAS28: Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture; • IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de convertibilidade; • IFRS 7 e 9: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros; • OCP 10: Créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO). A Administração da Companhia e suas controladas não espera que as normas acima resultem em impactos significativos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. **4.3 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") n° 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar n° 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP n° 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP n° 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

5. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

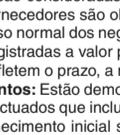
	Participação no capital total - %		
	Sede (País)	31/12/2024	31/12/2023
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	(i) Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguy S/A	(ii) Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i) Brasil	99,96	99,96
Cambuci Trust S/A	(i) Brasil	100,00	100,00
Latinline Trade S/A	(vi) Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii) Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv) Chile	100,00	100,00
Penalty Ibéria S.L.	(v) Espanha	0,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda. ("Cambuci Importadora"), sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem operação. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. ("Impar Sports"), sediada na cidade de São Roque/SP, tem como finalidade a comercialização de artigos esportivos, de vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A ("Cambuci Trust"), sediada na cidade de São Roque/SP, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas. (ii) Impar Paraguy, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação. (iii) Penalty Argentina S/A ("Penalty Argentina"), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino, tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos e está sem operação. (iv) Penalty Chile S/A ("Penalty Chile"), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno, tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação. (v) Penalty Ibéria S.L. ("Penalty Ibéria"), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro, tinha como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos. A sociedade estava sem operação e em 02 de setembro de 2024 foi procedida a liquidação da mesma. (vi) Latinline Trade S/A ("Latinline"), é uma sociedade constituída na República Oriental do Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar, tem como objeto o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties. Os exercícios contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3)/IFRS 10 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações: a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas; b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas; c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **a.1) Receita de venda de mercadorias:** A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida. **a.2) Receita financeira:** As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras. **b) Transações denominadas em moeda estrangeira:** As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **c) Instrumentos financeiros: c.1) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outras contas a receber, no ativo circulante e não circulante. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Mensuração subsequente:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Na norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com base nos seguintes itens: • No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; • Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPJ" - Somente pagamento de principal e juros). **c.2) Passivos financeiros:** Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores. **c.3) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c.4) Impairment de instrumentos financeiro:** Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua totalidade, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao

custo amortizado" (Nota 27). **e) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Informações referentes à abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9. **f) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos. **g) Investimentos:** Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o patrimônio negativo da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica "Provisão para perda em controladas", tendo como contrapartida a conta de "resultado de equivalência patrimonial". **h) Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. **i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **j) Intangível:** São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18. **k) Redução ao valor recuperável - Impairment: (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existe fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC's" ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única "UGC" para realizar esse teste. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, quando aplicável, a Companhia efetuou as provisões para redução ao valor recuperável de seus ativos. **i) Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Tributação: m.1) Imposto de renda e contribuição social:** Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. **n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **o) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **p) Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. **q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25/IAS 37 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25. (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. **r) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **s) Remuneração baseada em ações:** O

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 35. O valor justo das opções de compra determinadas na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas. **t) Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito e uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração, dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os passivos de arrendamento da Companhia estão apresentados na rubrica de "Demais contas a pagar" (nota 24). **u) Economia hiperinflacionária:** De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração do poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29.

7. Política de Gestão de Risco: A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. **a) Risco de mercado:** A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que a Companhia está exposta, conforme apresentado na Nota 27.3. As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos. Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente. **b) Exposição a riscos cambiais:** A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração. **c) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros futuros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros fluídos. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário"). **d) Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização. **e) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante e Não Circulante	14.242	–	–	14.242
Fornecedores	1.254	1.002	867	110
Empréstimos e financiamentos	15.496	1.002	867	110
Total	31.000	3.004	867	110

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

9. Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber no Brasil	89.565	91.699	90.732	92.650
Contas a receber no Exterior	438	45	1.415	3.808
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.691)	(10.826)	(10.549)	(13.686)
Total	80.312	80.918	81.598	82.772

Circulante
Não Circulante
Total

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos Vencidos - terceiros	1.874	2.369	2.162	2.539
Até 30 dias	1.342	1.107	1.593	1.220
De 31 a 120 dias	342	332	385	1.220
De 121 a 180 dias	8.308	9.237	8.861	12.109
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.691)	(10.826)	(10.549)	(13.686)
Total dos títulos vencidos - terceiros	2.175	2.219	2.452	3.402
Títulos a vencer - terceiros	78.137	78.699	79.146	79.370
Total da carteira de clientes - terceiros	80.312	80.918	81.598	82.772

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo da PECLD no início do exercício	(10.826)	(7.739)	(13.686)	(11.404)
(Adições)/reversões do exercício	1.135	(3.083)	3.137	(2.278)
Baixa de títulos considerados incobráveis	–	(4)	–	(4)
Saldo da PECLD no final do exercício	(9.691)	(10.826)	(10.549)	(13.686)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 121 e 180 dias, 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	20.545	16.869	22.513	17.561
Importação em andamento	2.676	1.557	2.676	1.557
Produtos em elaboração	1.053	1.033	1.053	1.033
Matérias-primas	9.577	9.100	9.577	9.100
Total	33.851	28.559	35.819	29.251

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos para revenda da Companhia. A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques e, para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas. A movimentação das perdas estimadas para os estoques está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo da Provisão Obsolescência no início do exercício	(500)	(515)	(664)	(718)
(Provisão)	(144)	(589)	(144)	(589)
Baixas - Perdas	262	604	362	643
Saldo da Provisão Obsolescência no final do exercício	(382)	(500)	(446)	(664)

11. Partes Relacionadas: A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses. As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2024		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro/2024
	Não Circulante	Não Circulante	
Crédito com partes relacionadas	45.477	–	–
Débito com partes relacionadas	–	13.555	–
Venda de Produtos acabados e serviços	–	–	–
Total	45.477	13.555	–

	31/12/2023		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro/2023
	Não Circulante	Não Circulante	
Crédito com partes relacionadas	37.507	–	–
Débito com partes relacionadas	–	10.410	–
Venda de Produtos acabados e serviços	–	–	–
Total	37.507	10.410	–

Controladas

Cambuci Importadora Ltda.	45.477	–	–	–
Cambuci Trust S/A	–	–	–	–
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	5.197	–	33.213	16
Latiline TRADE S/A	2.052	–	–	–
Penalty Chile S/A	7.686	–	–	–
Penalty Argentina S/A	148	–	–	–
Total	60.560	13.555	33.213	16

	31/12/2023		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro/2023
	Não Circulante	Não Circulante	
Crédito com partes relacionadas	37.507	–	–
Débito com partes relacionadas	–	10.410	–
Venda de Produtos acabados e serviços	–	–	–
Total	37.507	10.410	–

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os saldos com as controladas, classificados em "Partes relacionadas", no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação. No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações ("Lei das S.A."), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente. (j) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considerou como "pessoal-chave da administração" os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2024, o montante acumulado referente à remuneração do pessoal-chave da administração foi de R\$ 6.194 (R\$ 4.799 em 31 de dezembro de 2023). De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazos a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 35.

12. Tributos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	32	9	36	16
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	599	332	767	499
PIS e COFINS	(i)	–	4.831	1.007
Imposto sobre valor agregado (IVA)	–	–	(42)	228
Total	12.1	12.2	18.278	25.241
IR e CSLL diferidos	18.278	25.241	18.278	25.241
Outros	–	–	32	36
Total	18.909	30.413	20.078	31.683
Circulante	5.096	9.934	6.265	11.204
Não Circulante	13.813	20.479	13.813	20.479
Total	18.909	30.413	20.078	31.683

(j) O saldo de 2023 refere-se, principalmente, ao êxito em ação judicial com trânsito em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. **12.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço. As origens estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	
	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em ativos	2.282	2.282
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.168	13.168
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Plano de opções de ações	3.124	3.124
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	34.854	34.854
Total do ativo fiscal diferido	53.758	53.758
Alíquotas nominais	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.440	4.838

(i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, nos permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. **12.2 Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem. Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2024
2025	4.464	–
2026	4.532	–
2027	4.635	–
2028 em diante	4.647	–
Total	18.278	–

13. Despesas Pagas Antecipadamente: Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios e prêmios de seguros, que são alocados ao resultado de acordo com a vigência dos contratos e apólices, respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Confederação e Federações	1.980	1.878	1.980	1.878
Seguros	270	342	272	348
Total	2.250	2.220	2.252	2.226
Circulante	2.232	2.152	2.234	2.158
Não Circulante	18	68	18	68
Total	2.250	2.220	2.252	2.226

14. Demais Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis a receber líquido	573	546	573	546
Adiantamentos a fornecedores/ empregados	1.374	1.167	2.097	1.942
Créditos a receber - GETNET	–	–	3.653	2.140
Valor Fundap a liberar (i)	–	–	50.594	49.912
Saldos vinculados - Banco Santander e Daycoval	16	162	16	162
Outros	211	197	210	197
Total	2.174	2.072	57.143	54.899

(i) Trata-se de ação indenizatória movida contra o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, com sentença favorável proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe recurso são nos tribunais superiores.

15. Propriedade para Investimento: Refere-se a imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A, atualizado pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada contratada pela Companhia, com a utilização de técnicas com base em preços de mercado.

16. Investimentos em Controladas: (a) Informações sobre as controladas:

	Controladora			
	Participação no capital total %	Participação no Lucro do exercício	Participação no Patrimônio líquido	
Investimento da controladora	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(79)	(917)	(11.212)
Impar Paraguay S/A	96,70	–	(428)	(34)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	99,96	(1.733)	(2.024)	6.917
Latiline Trade S/A	100,00	(402)	(518)	(1.392)
Penalty Argentina S/A	95,00	(1.514)	(17.432)	(72)
Penalty Chile S/A	100,00	–	–	(8.093)
Penalty Ibéria S.L	100,00	–	–	–
Cambuci Trust S/A	100,00	4.419	3.386	81.250
Total	691	(17.933)	67.364	67.038

(b) Em 31 de dezembro de 2024, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2023		31/12/2024	
	Equivalência patrimonial	Ajuste de		



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Taxa	Taxa (Perda)/	Taxa (Perda)/	Taxa (Perda)/	Taxa (Perda)/	Taxa (Perda)/
	R\$ (média/ano)	(+25%)	Ganho	(+50%)	Ganho	
Empréstimos - TJLP	(1.746)	7,43%	9,29%	(32)	11,15%	(65)
Fornecedor - Dólar	(3)	6,1774	7,7218	(1)	9,2661	(2)
Cientes e Partes						
Relacionadas - Dólar	<u>2.638</u>	6,1774	7,7218	<u>660</u>	9,2661	<u>1.319</u>
	889			627		1.252

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação às obrigações atreladas às taxas do CDI, TJLP e dólar, de 25% em relação às taxas do cenário provável. (b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação às obrigações atreladas às taxas do CDI, TJLP e dólar, de 50% em relação às taxas do cenário provável. **27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** Contas a receber: Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2024, a metodologia de classificação de risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2023.

28. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas brutas de vendas				
Cambuci - Brasil	503.663	496.475	470.450	472.606
Impar Sports - Brasil	-	-	33.763	28.330
Cambuci/Impar - Exterior	3.092	4.257	11.903	5.506
Latinline	-	-	880	787
Penalty Argentina	-	-	-	<u>33.314</u>
	506.755	500.732	516.996	540.543

Deduções de Venda

Tributos	(67.588)	(65.033)	(69.216)	(68.238)
Devoluções de vendas e outros	(9.000)	(11.787)	(9.886)	(13.144)
	<u>(76.588)</u>	<u>(76.820)</u>	<u>(79.102)</u>	<u>(81.382)</u>

Receita líquida de vendas

	<u>430.167</u>	<u>423.912</u>	<u>437.894</u>	<u>459.161</u>
--	----------------	----------------	----------------	----------------

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas: ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços 7,00% a 18,00%; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social 7,60%; PIS - Programa de Integração Social 1,65%; CPRB - Contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta 1,50% a 2,50%.

29. Incentivos Fiscais - Subvenção para Investimentos: A Companhia goza de subvenções para investimentos, concedidas pelos governos estaduais onde as fábricas estão localizadas, as quais expiram em 31 de dezembro de 2032. A Companhia assinou em conjunto com o Estado da Bahia, protocolo de intenções para a prorrogação dos seus incentivos fiscais a partir de janeiro de 2021, onde investirá ao longo de 15 anos R\$ 43,7 milhões em ampliação e modernização das suas unidades fabris, localizadas nos municípios de Itabuna e Itajuípe. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Subvenção do ICMS:				
Paraíba	(a)	12.926	14.865	
Bahia	(b)	<u>27.377</u>	<u>24.444</u>	
		40.303	39.309	

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruía na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana. b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruía na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas. Em 31 de dezembro de 2024 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica de receita operacional líquida na demonstração do resultado.

30. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas estava representada por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Crédito fiscal	4.686	7.420	4.686	7.420
Valor justo propriedade p/investimento	-	-	1.306	671
Ação cível - Eletrobras	-	2.553	-	2.553
Ações cíveis, trabalhistas e tributárias	91	-	91	-
Receita de alugueis	-	-	3.678	3.188
Outras receitas	428	407	603	1.207
Total de outras receitas	5.205	10.380	10.364	15.038
Ociosidade fabril	-	(1.056)	-	(1.056)
Contingências/Honorários advocatícios	(1.683)	(5.162)	(1.683)	(5.162)
Representantes	(567)	(497)	(567)	(497)
Premiação por atingimento de resultado	(7.969)	(7.100)	(7.969)	(7.100)
Outras despesas	(557)	(2.000)	(1.484)	(3.642)
Total de outras despesas	(10.776)	(15.814)	(11.703)	(17.457)
Total líquido	(5.571)	(5.434)	(1.339)	(2.419)

31. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	490	18	491	25
Varição cambial ativa	1.713	1.874	1.820	4.631
Juros ativos	2.256	1.014	2.355	1.023
Juros de aplicações financeiras	3.591	480	3.591	480
Atualização FUNDAP	-	-	682	4.594
Atualização depósito judicial	450	-	450	-
Atualização de créditos tributários	187	5.501	187	5.501
	8.687	8.887	9.576	16.254

Despesas financeiras

Comissões e despesas bancárias	(1.225)	(1.286)	(1.633)	(2.255)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(399)	(11.613)	(635)	(14.350)
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(262)	(417)	(298)	(417)
Varição cambial passiva	(682)	(2.661)	(791)	(7.226)
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(437)	(2.429)	(1.090)	(6.814)
Juros mútuo acionista	-	(219)	-	(219)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	(682)	(7.683)
Multa contratual s/antecipação pagamento empréstimo	-	(1.655)	-	(1.655)
Outras despesas	(34)	(74)	(39)	(291)
	(3.039)	(20.354)	(5.168)	(40.910)
	5.648	(11.467)	4.408	(24.656)

32. Despesas por Natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos produtos vendidos				
Matéria-prima	118.560	119.946	118.498	136.680
Mão de obra direta	55.228	49.469	55.228	49.469
Gastos gerais de fabricação	37.196	37.913	37.197	37.913
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	7.833
Depreciação e amortização	10.345	9.633	10.344	9.633
	221.329	216.961	221.267	241.528

Despesas com vendas

Comissões	17.574	19.800	17.575	19.805
Marketing e TradeMarketing	20.816	10.710	21.435	11.629
Fretes	18.254	16.792	19.305	19.796
Despesas com pessoal	3.314	3.313	6.711	6.956
Despesas com tecnologia da informação	663	540	1.577	1.259
Viagens	349	226	350	267
Serviços com terceiros	8.985	8.719	9.137	8.795
Depreciação e amortização	207	296	1.536	995
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	99	1.926
PECLD	(967)	3.025	(955)	3.034
Outros	1.796	1.441	3.274	2.437
	70.991	64.862	80.044	76.899

Despesas gerais e administrativas

Despesas com pessoal	16.484	16.076	16.583	21.233
Serviços com terceiros	14.089	10.433	14.157	10.542
Despesas com tecnologia da informação	1.264	1.259	1.264	1.260
Viagens	1.614	1.659	1.720	1.738
Depreciação e amortização	1.508	1.027	1.516	1.570
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	1.836
Manutenção	689	835	689	1.012
Outros	3.834	3.025	4.174	1.052
	39.482	34.314	40.103	40.243

33. Imposto de Renda e Contribuição Social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de imposto de renda e de contribuição social, estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(15.752)	(9.446)	(16.129)	(9.916)
Diferido	(6.963)	8.386	(7.003)	8.365
	(22.715)	(1.060)	(23.132)	(1.551)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos correntes				
Lucro antes da tributação	90.068	60.457	90.068	60.457
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	(30.623)	(20.555)	(30.623)	(20.555)

Ajustes para demonstração da taxa efetiva

Equivalência patrimonial	235	(6.097)	235	(6.097)
Subvenção para incentivos	13.703	13.365	13.703	13.365
PAT	96	58	96	58
Compensação de Prejuízos Fiscais	6.882	4.132	6.882	4.132
Provisões líquidas	(451)	(2.225)	(451)	(2.225)
Dividendos	(6.410)	-	(6.410)	-
Outros	816	1.876	816	1.876
Total tributos correntes - Lucro Real	(15.752)	(9.446)	(15.752)	(9.446)
Empresas no lucro presumido	-	-	(377)	(323)
Empresas do exterior	-	-	-	(147)
Total do IR e CSLL	(15.752)	(9.446)	(16.129)	(9.916)
Taxa efetiva sobre o lucro	17,49%	15,62%	17,91%	16,40%

34. Informações por Segmento: O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia, é representado pelo Diretor Presidente. Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuários em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, com a seguinte segmentação geográfica. (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma: • Operações nacionais: 97,5%. • Operações internacionais: 2,5%. As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior. Vendas brutas - mercado interno e externo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Brasil	504.213	500.936
Argentina	-	33.314
Outros	<u>12.783</u>	<u>6.293</u>
Total	516.996	540.543

35. Benefícios a Empregados - Plano de Opções: Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes. O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos de sua aquisição. A composição do plano de opções na data base de 31 de dezembro de 2024, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	30.000	553.000
Quantidade de opções exercidas	(265.000)	(30.000)	(14.400)
Período de carência para exercício (vesting)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	16

(i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção. Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 553.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores a data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%. O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses, 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos. A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Cambuci S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias (notas 6a e 28)

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve o acompanhamento dos controles das mercadorias encomendadas pelos seus clientes, as quais são agrupadas pelos pedidos de venda, transportadas e entregues para diversas regiões do país.

A Companhia controla o acompanhamento dos pedidos de vendas, os respectivos faturamentos e os despachos para as transportadoras, para registro contábil da receita de vendas de mercadorias, no correto período de competência.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para identificar e mensurar a receita de venda de mercadorias.

Resposta da auditoria ao assunto

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir: (i) testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita; (ii) selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos a documentação de entrega das mercadorias vendidas e documentação suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu; (iii) selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta; (iv) confrontamos, em base amostral, as vendas registradas contabilmente com os correspondentes livros fiscais; (v) envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais realizados para os saldos onde as respostas não foram recebidas e a verificação da liquidação subsequente; (vi) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Incentivos Fiscais - Subvenção para investimentos (nota 29)

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre suas atividades localizadas nos estados da Paraíba e da Bahia. Esses incentivos são decorrentes da apuração dos créditos presumidos de ICMS, apurados pelas fábricas da Companhia localizadas nas cidades de Bayeux, Itajuipe e Itabuna e representam uma parcela significativa das receitas líquidas da Companhia. O seu reconhecimento decorre do cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, a ampliação das unidades fabris, produção e geração de empregos.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, de R\$ 40.303 mil, quando comparado com o resultado das operações da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Com o apoio de especialistas da área tributária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a análise da documentação, para cumprimento das condições dos referidos incentivos fiscais, os testes de recálculo para apuração dos respectivos valores dos benefícios, bem como o confronto das receitas reconhecidas nas rubricas contábeis com os respectivos controles e relatórios auxiliares.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração da Subvenção para Investimento, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 6m e 12)

A Companhia (controladora) reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 18.278 mil. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Este assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das projeções de lucros futuros e das avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da Companhia, avaliando se o estudo fora elaborado de forma consistente com as práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas utilizadas no estudo estão condizentes com os resultados e com as atividades operacionais da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos tributos diferidos ativos e comparamos o resultado esperado do lucro tributável com o limite do valor a ser registrado e as divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os tributos diferidos ativos registrados e divulgados são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

d) Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais (notas 6q e 25)

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que leva em consideração a opinião dos assessores jurídicos internos e externos que patrocinam as causas.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada

apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, SP, 10 de março de 2025



Audit | Advisory | Tax

GF Auditores Independentes

CRC 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo

Contador - CRC 1SP 216678/O-6



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>